

# A FORMAÇÃO DO LEITOR

Vera Teixeira de Aguiar

Pontifícia Universidade Católica - Porto Alegre

**Resumo:** O texto de Vera Teixeira Aguiar traça, inicialmente, um panorama do quadro da leitura e, sobretudo, da leitura literária na história do Brasil. Em seguida, observam-se diferentes perfis de leitores, apontando-se elementos concretos para fomentar o interesse pelos livros.

**Palavras-chave:** Leitor, Leitura, Literatura, Perfis de leitores.

Quando nos ocupamos da formação do leitor, temos em vista o leitor literário, aquele que dispensa seu tempo, espontaneamente, com livros de literatura, fruídos com atenção e prazer. As outras leituras, aquelas que fazemos diariamente, por necessidade e até curiosidade, acontecem quase automaticamente e valem apenas por sua utilidade imediata. São necessárias, é claro, para as atividades cotidianas, mas carecem dos profundos conteúdos humanos de que a literatura se constrói.

A leitura, embora ação corriqueira nos dias de hoje, sobretudo nas regiões urbanas, não é natural. Não lemos como comemos, respiramos ou dormimos. Para tanto, precisamos aprender o código escrito, socialmente aceito, e a ter domínio sobre ele em todas as suas modalidades, quer práticas (como propagandas, receitas, notícias, informações, anotações), quer estéticas (como narrativas e poemas). Mas, como afirma o pesquisador Chartier (2001), não basta fazer uma divisão grosseira entre analfabetos e alfabetizados, pois todos aqueles que podem ler textos não o fazem do mesmo modo. Além de haver graus de conhecimento diferentes, que levam a leituras mais ou menos competentes, também muitos outros fatores interferem nas maneiras de ler: os interesses, os hábitos, as intenções e as técnicas de leitura determinam relações variadas com os textos. Para Chartier, uma história da leitura deve, pois, levar em conta, as formas de compreensão, apropriação e utilização dos textos.

Como estamos considerando aqui a leitura do texto escrito e, especialmente, a do texto literário, podemos aproximar a história da leitura da história do livro ou, antes dele, dos materiais escritos, desde os mais remotos traçados, que remontam há vinte mil anos antes de nossa era. Mas podemos ir mais longe, porque a literatura teve origem nas fontes orais,

que expressam as relações dos homens com os deuses e com os outros homens. Através de relatos, cantos e ladainhas, eles oravam, falavam de suas peripécias nas lutas, nas caças, nas aventuras e participavam de todos os ritos da comunidade. A passagem da oralidade para a escrita não se deu harmonicamente, mas, ao contrário, aos saltos desordenados e em tempos diferentes, segundo os grupos humanos. O processo foi, e continua sendo, tão complexo que até hoje temos comunidades predominantemente orais, às vezes bem próximas de outras altamente letradas.

A sociedade brasileira não foge à regra. País de cultura tradicionalmente oral, o Brasil vê-se, nos finais do século XIX, obrigado a abrir espaço para o livro e o material escrito em geral, de modo a entrar no compasso da modernidade. Até aquele momento, a circulação da informação e a comunicação entre os membros da sociedade, assim como todas as manifestações culturais, aconteciam quase sempre ao largo das letras.

O fenômeno coincide com a Abolição da Escravatura, o advento da República e o esforço de colocar o País no ritmo do moderno capitalismo. A chegada de levas de imigrantes e o crescimento urbano dão origem à formação de um virtual público consumidor de livros. O que está em jogo no momento é a consolidação da identidade nacional, que não se fez com a independência política proclamada por um príncipe português. Mais do que uma cerimônia inaugural, a nacionalidade precisa ser construída e, para isso, importam, de modo especial, as obras literárias que representam, através do universo ficcional, os segmentos mais significativos do país nascente.

A inteligência brasileira começa a se dar conta da necessidade de melhor conhecer a diversificada realidade do País para definir-lhe o perfil. Para isso, contribui o aparato científico trazido da Europa e posto a serviço da compreensão dos fenômenos sociais brasileiros: daí a valorização do saber, da análise, da reflexão e, por conseguinte, da escolarização. Ao mesmo tempo, menosprezam-se as manifestações culturais populares, espontâneas, orais. O que queremos, nesse momento, é alçar o Brasil ao patamar da civilização europeia e a literatura pode cumprir essa missão.

O interesse na modernização do Brasil dá aos escritores a função de buscar o discurso adequado ao momento, através de símbolos e metáforas que constroem a nova imagem. Para tanto, as influências parnasiana e simbolista contribuem sobremaneira e a escrita faz-se ainda conservadora e enfática. Por meio da literatura cívica, Olavo Bilac empenha-se pelo serviço militar obrigatório, enquanto Afonso Celso, Rui Barbosa e Coelho Neto louvam um Brasil retórico e pernóstico que só existe nessas letras.

Contudo, a oratória ufanista convive com obras voltadas para um projeto de investigação nacional, através da construção de uma linguagem representativa das raízes brasileiras.

O ensaio crítico e ficcional de Euclides da Cunha, por exemplo, denuncia em *Os sertões* a existência de dois brasis, um no litoral desenvolvido e europeizado e outro no interior esquecido, atrasado e pobre. A vida urbana é desnudada nas tramas de Aluísio Azevedo e Machado de Assis, que acusam os desmandos sociais e suas consequências na alma humana, enquanto o mundo rural aparece na prosa de regionalistas como Monteiro Lobato, Simões Lopes Neto e Hugo de Carvalho Ramos.

Essas tendências opostas – laudatória e crítica – de interpretação e representação da sociedade brasileira perpassam o século XX e convivem até hoje, tendo, cada uma delas, uma expectativa de leitor bem definida. De um lado, vemos um sujeito que idealiza a realidade, passa ao largo das questões urgentes, lê apenas o que está dado e, de preferência, volta sempre aos mesmos modelos de texto que mitificam o presente e o passado, e projetam um futuro também igual. De outro, temos o leitor curioso e atento, que aceita a mudança e os desafios, preenche os não-ditos da página, se posiciona e reage frente às ideias e aos sentimentos que a obra provoca.

As condições históricas e sociais, no entanto, vão plasmando a realidade segundo o momento. Ao esforço nacionalista inicial da República recém-instalada seguem-se os movimentos de massa dos anos 1920, que têm como resposta o patronato oficial da ditadura Vargas tutelando a criação e a circulação de bens culturais. Logo depois, a reação modernizadora de 1945 leva o País a se emparelhar com o capitalismo internacional, restando-lhe, no entanto, o lugar de nação periférica, dependente das grandes potências. No campo da cultura, nos anos subsequentes, o avanço dos meios de comunicação dissemina uma visão uniforme da sociedade, expressa em esquemas e ideias importadas que formam os novos receptores, advindos da crescente urbanização. Em oposição, a literatura e a arte em geral encastelam-se no experimentalismo poético e ficcional, afastando-se, por essas vias, do leitor comum.

Os últimos 40 anos orientam-se no sentido de uma política cultural planejada, coerente com o modelo econômico e político instaurado no País a partir de 1964. Se a política de Vargas pregava a intervenção do Estado na economia e o repúdio ao capital estrangeiro, agora a proposta é de atrelamento à economia internacional e abertura ao investimento multinacional. Para a literatura, o regime capitalista significa um setor editorial forte e um público leitor capaz de constituir um mercado consumidor de livros. Até o aspecto físico dos mesmos atualiza-se e alguns editores investem em propaganda, vendendo-os também em bancas de revistas, farmácias e supermercados. O novo espaço que o livro conquista está de acordo com os caminhos da cultura brasileira, toda ela apoiada pela comunicação. Disseminam-se, nesse período, os programas de incentivo à leitura, as coedições e os convênios com órgãos como o Instituto Nacional do Livro e o Conselho Federal de Cultura, entre outros. Nessas condições, viabilizam-se projetos experimentais, literatura de vocação social e intimista, textos que documentam realística ou magicamente a realidade.

O aumento de leitores está diretamente relacionado, como ocorre de resto em toda a sua trajetória, à função da escola como promotora da leitura. A lei 5692/71, que reforma o ensino fundamental e médio, acentua a proposta do uso da literatura infantil no colégio. Aliamos ao fato a abertura da escola a todas as camadas da população e temos um número agigantado de leitores em potencial. O quadro é ideal para o avanço da literatura de massa, largamente exercida no período anterior e agora estimulada ao extremo pelas conquistas tecnológicas de edição e distribuição dos livros. No entanto, fatores sociais contribuem para o aparecimento de novos textos. A necessidade de crítica e a emergência das vozes minoritárias (como a da mulher, do negro, das classes marginalizadas, da criança) dão origem a obras novas, que redescobrem o Brasil urbano e rural, trazendo à luz traços culturais até então pouco explorados.

Embora vá se construindo um espaço de reação, a força da cultura massiva alastra-se. Podemos dizer, então, que o País vai, de certo modo, da oralidade para a sociedade de massa sem que a população tenha realmente acesso ao livro como meio de comunicação cultural. O material escrito não faz parte do cotidiano dos brasileiros, para os quais todos os problemas se resolvem sem ler ou escrever, e as melhores modalidades de diversão não incluem o prazer literário. Desse fenômeno resulta um “modus vivendi” avesso às letras e, por isso, mais facilmente manipulável pelos produtores de bens de massa.

Nos últimos tempos, com a superação da ditadura militar, a preocupação com tal fenômeno gera uma série de iniciativas, de âmbito oficial e privado, que têm por meta a alfabetização e a formação de hábitos de leitura. Às vezes, o que temos em vista é a qualificação de trabalhadores capazes de seguir instruções escritas e o aumento de consumidores do enorme elenco de produtos que o mercado oferece. Mas, em contrapartida, também há aqueles programas que se interessam pelo leitor crítico e permanente, o qual integra a comunicação escrita ao seu dia a dia, alargando suas possibilidades de conhecer e agir. No segundo caso, o que queremos é fazer o caminho da oralidade à leitura, recuperando um processo perdido na constituição da nação brasileira.

Para que isso aconteça, não podemos impor um modelo cultural estrangeiro, arbitrária e compulsoriamente, sem levar em conta as raízes em que deveria se sedimentar a nacionalidade. O primeiro passo, então, consiste na valorização dessa herança, toda ela voltada para a oralidade. Nesse sentido, as ideias de David Olson, em *O mundo no papel* (1997), criticando o lugar de destaque que a escrita ocupa na vida atual, podem ajudar. O autor enumera seis crenças a respeito de seu domínio, para destruí-las uma a uma:

- \* Escrever é transcrever a fala. Tal afirmação leva em conta apenas a transcrição do que é dito, deixando de lado o como foi dito e com que intenção. Variando a entonação e a ênfase, podemos dar inúmeras interpretações a um texto, chegando a

escrita a ser vista com um modelo para a fala. Quando aprendemos a ler, passamos, então, a pensar de modo diferente sobre a fala.

- ✱ A escrita é superior à fala, essa última entendida como pouco convencional, desleixada. Na verdade, o que ocorre é a subordinação da escrita à linguagem oral, mais rica e criativa. A espontaneidade da fala dá margem a criações linguísticas que vêm atender a novas situações de comunicação. Sobra à escrita codificar esses dados, em sinais normatizados que não reproduzem todas as dimensões dos atos de fala.
- ✱ O alfabeto é um sistema de escrita privilegiado em relação aos demais, o que facilita a formação dos leitores. A simplicidade do alfabeto, no entanto, muito útil para línguas silábicas, não se adapta, por exemplo, ao idioma chinês. Além disso, muitas vezes, em países de cultura não alfabética, como o Japão, o número de crianças competentes em leitura é muito superior às taxas obtidas no mundo ocidental.
- ✱ A escrita é responsável pelo progresso social, sendo evidente a relação entre o grau de alfabetização e o crescimento econômico e democrático das nações modernas. Entretanto, contraditoriamente, o aprendizado da escrita, em muitas situações, pode ser o caminho para a escravidão. É o caso dos momentos em que ela serve de controle social para formar trabalhadores produtivos e soldados obedientes. Nesse sentido, os programas de alfabetização estão a serviço do preparo de mão-de-obra qualificada e disciplinada para atender aos interesses de lucro e às vantagens das classes dirigentes. Não há, nessa perspectiva, vislumbre algum de bem-estar social generalizado. (É claro que as ideias de Olson pressupõem um leitor passivo, que não reagiria aos estímulos da escrita. Na verdade, uma leitura crítica deverá formar sujeitos capazes de construir um mundo novo).
- ✱ A escrita é a responsável pelo avanço cultural, uma vez que contribui em grande parte para o surgimento do pensamento filosófico e científico. Inversamente, sua ausência nas sociedades ágrafas dá margem ao aparecimento da superstição, do mito e da magia. O antropólogos têm observado, contudo, a enorme sofisticação da cultura oral, a qual permite o desenvolvimento da capacidade de raciocínio, de modo a que povos os quais não dominam a escrita sejam capazes de resolver intrincados problemas, sem o uso de bússolas, mapas, gráficos e outros indicadores escritos. Mas talvez, o melhor exemplo seja o dos gregos da era clássica, para os quais a escrita era muito limitada. Ali, dentro de uma cultura essencialmente oral, era exercitada a dialética, fundada no debate e na argumentação para a construção do conhecimento. Portanto, de pouco valeu a escrita para as realizações intelectuais daquele povo.
- ✱ A escrita constitui-se em um instrumento do desenvolvimento cognitivo, uma vez que o conhecimento se identifica com o que aprendemos na escola e nos livros.

Logo, a alfabetização abre as portas para esse conhecimento abstrato, por meio da aquisição das “habilidades básicas” para a leitura e a escrita. Tais assertivas estão equivocadas por identificar os meios de comunicação (no caso, os escritos) com o conhecimento por eles comunicado, que pode se valer de outros meios, como as falas, as gravuras, os vídeos, as gravações. A escola deve, então, somar a escrita aos outros recursos expressivos com os quais a criança já convive, em vez de renegá-los em favor dos livros. Valorizando mais os conteúdos dados, em vez das letras, é possível formar um sujeito crítico e não apenas um leitor funcional, que segue ordens sem se posicionar diante delas.

Para Olson (1997), todavia, relativizar o valor da escrita não significa deixar de admitir sua influência na construção das atividades culturais e cognitivas do homem ocidental. É certo que, para decifrar a escrita, desenvolvemos estruturas mentais específicas as quais passam a dar as chaves para a compreensão de tudo o que há em torno, isto é, todo o mundo para o homem passa a ser uma escrita. Isso acontece porque os sistemas gráficos não só preservam as informações, como proporcionam modelos de funcionamento que levam a ver a linguagem, o universo inteiro e a mente humana sob nova luz.

Precisamos estabelecer as relações complementares entre a leitura e a escrita, percebendo que podemos ler todos os sinais, dos livros e do mundo, buscando recuperar a intenção dos textos em direção a seus receptores, com base nas marcas gráficas e em todas as outras disponíveis. Por essas vias, não haverá alfabetizados funcionais, que apenas soletram ordens a serem obedecidas e informações a serem digeridas, mas leitores críticos, capazes de interagir com textos das mais diversas naturezas sociais e institucionais (jornalísticos, políticos, religiosos, literários, científicos, jurídicos etc.) e estender essa capacidade leitora a todas as situações orais da vida cotidiana.

Em um país como o Brasil, em que diferentes culturas convivem simultaneamente, é preciso revisar parâmetros, pois uma sociedade que pode somar modalidades culturais (oral/escrita) será, sem dúvida, mais rica e diversificada. Isso é uma vantagem, porque permite o entrecruzamento de saberes os quais se valorizam à medida que entram em contato com o seu oposto. Só reconhecemos nossos predicados e nossas limitações quando nos defrontamos com o outro e podemos perceber, pelas diferenças, o que nos faz únicos e o que nos aproxima de nossos interlocutores.

Se a história da literatura, como vimos, remonta às primeiras manifestações humanas de expressão e comunicação, também em nossa trajetória individual percorremos o mesmo caminho. Nossa formação leitora tem início nas canções de ninar que, bebês ainda, nos acalantam o sono. A importância, pois, dos primeiros contatos com a palavra é fundamental para a formação da sensibilidade linguística, isto é, a capacidade de prestar atenção nos

sons e nos sentidos, no ritmo e na melodia de cada frase que ouvimos ou, depois, lemos, vai, gradativamente, aproximando-nos do texto escrito em todos os suportes e da literatura, especialmente.

As observações acima levam a reforçar o valor da família na formação do leitor. Se as primeiras experiências com a linguagem dão origem a esse processo, então os exemplos dos pais, dos irmãos mais velhos e de todos aqueles que convivem com os pequenos representam modelos a serem imitados. No entanto, muitas vezes, o ambiente familiar carece de material escrito, os adultos são analfabetos, mas o incentivo à leitura está presente, valorizando-a. As pessoas que não tiveram oportunidades de ingressar no mundo letrado depositam em seus filhos a esperança da vitória na luta com a escrita.

Além da família, outras figuras influenciam crianças e jovens desde cedo. Diana Werkmeister (1993), investigando sobre a formação do leitor de literatura, recupera várias histórias de leitores, que falam de suas vivências com os livros. Viver rodeado de material escrito não garante o nascimento de um leitor, no entanto, o exemplo dos pais, avós, irmãos, amigos, professores e bibliotecários é decisivo para aproximar a pessoa dos livros. Mas é sobretudo o entusiasmo, o comprometimento demonstrado por meio da leitura conjunta, do diálogo sobre os assuntos lidos, das trocas de livros, dos relatos de experiências leitoras que mobilizam o novo leitor.

Os relatos de professores, recolhidos por Ângela da Rocha Rolla (1995), permitem o diagnóstico de tipos de leitores, segundo a quantidade, os modos e os interesses de leitura. A autora começa pelo **não leitor que**, sujeito com uma história de vida distante dos livros desvalorizados pela família na primeira infância, apresenta um comportamento avesso à leitura literária. Tem um contato esporádico com periódicos, que lê para se informar dos acontecimentos recentes e não consegue acompanhar um texto ficcional até o fim. Não dispõe de uma biblioteca, estando a leitura como lazer distante do seu cotidiano, que também dispensa hábitos culturais como cinema, teatro, música, esporte e outros.

O **leitor apressado** caracteriza-se por ser um sujeito dinâmico, muito ocupado com o trabalho, que lhe deixa poucas horas diárias de lazer. Lê para se informar dos acontecimentos recentes e para se atualizar em assuntos diversos, como política, religião, pedagogia, psicologia, espiritismo. Tem pouco tempo para ler, fazendo leituras rápidas de notícias de jornal, artigos de revistas, crônicas. Compra jornal diariamente e assina uma revista mensal, ou pede emprestado, mas não lê ficção ou lê às vezes. Já o **leitor superficial** lê eventualmente, sem privilegiar um tipo de leitura e não manifesta preocupação com o valor estético das obras. Escolhe os textos ao acaso, geralmente a literatura de massa ou gêneros já consagrados, como o romance romântico. Não costuma realizar leituras para aprimoramento



profissional, preferindo as de caráter utilitário e informativo: o poder da mente, o milagre das plantas, o esoterismo, o espiritismo. Conhece poucos escritores e se limita a raras obras, não sendo a leitura prioritária em sua vida.

Mas o **leitor compulsivo** é eclético: da história em quadrinhos ao último lançamento de um escritor valorizado pela crítica, tudo lhe desperta a curiosidade. Lê o que lhe cai nas mãos, mas mostra um espírito crítico em relação aos textos, emitindo opiniões a respeito de autores e obras. Tem livros espalhados por toda a casa, a leitura estando em primeiro plano. Adora frequentar bibliotecas ou tem a sua própria. Lê de tudo a toda hora, ocupando qualquer minuto livre que tem nessa atividade. Diferente é o **leitor técnico**, que faz leituras para estudo. São textos técnicos que versam sobre assuntos relativos às disciplinas que está cursando como aluno ou para aprofundamento teórico no campo profissional. As leituras informativas reduzem-se a uma rápida olhada no jornal do dia, sem espaço para as reportagens de revistas. A leitura literária está ausente, porque a científica lhe toma todo o tempo disponível. O contato com os livros é diário, o ritmo da leitura é acelerado, há uma preocupação com o cumprimento de tarefas. O leitor técnico não considera a leitura que realiza uma atividade prazerosa, é um trabalho cansativo, que faz por obrigação. A preocupação com a defasagem em termos de leitura literária existe, mas não é resolvida.

Há ainda, o **leitor escolar**, professor que lê com um objetivo principal: indicar obras literárias para os alunos. Há uma preocupação com o trabalho didático, que absorve toda a sua disponibilidade para a leitura. Essa se reveste de obrigatoriedade, com a finalidade única de desenvolver seu trabalho docente, que consiste na análise e comentário das obras solicitadas, cujo assunto não diz respeito aos seus interesses, nem ao seu gosto literário, principalmente quando se trata de literatura infantojuvenil. Por força da necessidade imediata e do pouco tempo disponível, realiza leituras rápidas, sem fruição. As leituras escolares não são consideradas leituras de lazer, desse modo estão ausentes do cotidiano desse leitor.

O **leitor profissional** não é um leitor ingênuo, pois lê para analisar estilos, buscando o valor estético das obras. A leitura literária e a produção de textos fazem parte de seu cotidiano profissional, suas leituras constituem-se por obras técnicas sobre teoria literária e obras de autores clássicos e modernos. Frequenta livrarias e círculos de leitores, tem um apreço especial por livros que adquire na medida de suas condições financeiras. Lê ficção para fundamentar as atividades voltadas ao trabalho e ao lazer, fazendo leituras informativas, técnicas e literárias. Iniciado em estudos literários, a leitura é prioritária na sua vida, constituindo-se em atividade realizada com prazer. Por último, Rolla (1995) refere-se ao **leitor dileitante**, um leitor ingênuo, que lê sem conhecimento prévio, por puro prazer. Tem um livro de ficção na cabeceira e lê obras de autores consagrados ou popularmente conhecidos, preferindo literatura de consumo fácil (histórias de amor e de suspense, enredos de folhetim) e fazendo



pouca leitura informativa. Gosta também de ler poesia e literatura intimista. Seus critérios de escolha são aleatórios, ao sabor do momento e do gosto, não possuindo bagagem teórica para avaliar as leituras que realiza.

Como vemos, os hábitos e modos de leitura variam segundo o perfil delineado. Mas talvez, o dado mais marcante para essa classificação dos leitores seja a natureza dos seus interesses, que os orientam para leituras variadas. Por interesse entendemos uma atitude favorável, gerada por uma necessidade, que propulsiona uma ação. O interesse pela leitura é, portanto, uma atitude favorável em relação ao texto, oriunda de uma necessidade que pode ser a de tomar conhecimento genérico de ocorrências atuais, seguir uma instrução, recrear-se, estudar. O indivíduo busca, no ato de ler, a satisfação de uma necessidade de caráter informativo ou recreativo, que é condicionada por uma série de fatores, sendo importantes a idade e a escolaridade do leitor, além do sexo e do nível socioeconômico.

A idade do leitor influencia seus interesses: a criança, o adolescente e o adulto têm preferência por textos diferentes. Mesmo dentro de cada período da vida humana, essas preferências modificam-se à medida em que se dá o amadurecimento do indivíduo. Podemos falar em idades de leitura, desde a mais simples até a mais complexa, considerando a fase do desenvolvimento em que a pessoa está. Essas etapas não são necessariamente rígidas e podem se manifestar em momentos diferentes na vida de cada um. O que importa é pensar que todo sujeito o qual se torna leitor passa por essas fases e volta a elas quando sente necessidade.

Para facilitar, contudo, a compreensão do processo, situamos as séries escolares referentes a cada fase, mas ressaltamos que esses limites não são fixos e estão relacionados à quantidade e ao tipo das experiências propiciadas a cada um. Em outras palavras, os estímulos do meio social e cultural provocam o amadurecimento do leitor. Por seu turno, os comportamentos que privilegiamos em cada etapa não são excludentes, mas dizem respeito ao tipo de leitura que é enfatizado naquele momento, considerando que o leitor pratica leituras compreensivas, interpretativas e críticas em qualquer faixa etária. Vejamos, assim, as possíveis idades de leitura:

- ✱ **Pré-leitura:** durante a pré-escola e o período preparatório para a alfabetização, a criança desenvolve capacidades e habilidades que a tornarão apta à aprendizagem da leitura: a construção dos símbolos e o desenvolvimento da linguagem oral e da percepção permitem o estabelecimento de relações entre as imagens e as palavras. Os interesses voltam-se, nesta fase, para histórias curtas e rimas, em livros com muitas gravuras e pouco texto escrito, que permitem a descoberta do sentido mais pela linguagem visual do que pela verbal. Paralelamente, estão presentes as histórias mais longas, que falam das situações do cotidiano infantil e são lidas ou contadas pelo adulto.

- ★ **Leitura compreensiva:** é o período correspondente ao momento da alfabetização (1ª e 2ª séries), em que a criança começa a decifrar o código escrito e faz uma leitura silábica e de palavras. A motivação para ler é muito grande, e a escolha recai sobre livros semelhantes aos da etapa anterior, decodificados pelo novo leitor. É importante, contudo, que os textos sejam escolhidos não apenas por sua facilidade de decodificação, mas também pelo estímulo à fantasia, à criatividade e ao raciocínio do leitor iniciante.
- ★ **Leitura interpretativa:** da 3ª à 5ª série, o aluno evolui da simples compreensão imediata à interpretação das ideias do texto, adquirindo fluência no ato de ler. A aquisição de conceitos de espaço, tempo e causa, bem como o desenvolvimento das capacidades de classificar, ordenar e enumerar dados permitem que o estudante se aprofunde mais nos textos e se volte para leituras mais exigentes. Esse é um período em que, ainda, se mantém a mentalidade mágica, quando o leitor vai buscar, nos contos de fadas, nas fábulas, nos mitos e nas lendas, aqueles ingredientes simbólicos necessários à elaboração de suas vivências. Por meio da fantasia, ele vai compreender melhor a realidade que o cerca e o seu lugar no mundo. Aos poucos, os elementos mágicos vão dando lugar aos dados do cotidiano, e vamos encontrar histórias em que fantasia e realidade convivem.
- ★ **Iniciação à leitura crítica:** em torno da 6ª e 7ª séries, o estudante atinge o estágio do desenvolvimento que Piaget (1973) denomina das operações intelectuais abstratas, da formação da personalidade e da inserção afetiva e intelectual na sociedade dos adultos. A capacidade de discernimento do real e a maior experiência de leitura favorecem o exercício de habilidades críticas e permitem ao leitor não só interpretar os dados fornecidos pelo texto, como também se posicionar diante deles, organizando seus referenciais éticos e morais. As preferências por livros de aventuras, em que os problemas são resolvidos por grupos de jovens, vêm preencher as necessidades do leitor de iniciar-se no questionamento da realidade, ampliando sua dimensão social.
- ★ **Leitura crítica:** é o período que abrange a 8ª série e o ensino médio, quando o aluno elabora seus juízos de valor e desenvolve a percepção dos conteúdos estéticos. Sensível aos problemas sociais, o jovem interroga-se sobre suas possibilidades de atuação na idade adulta. A busca da identidade individual e social, e o maior exercício da leitura têm como dividendo uma postura crítica diante dos textos, por meio da comparação de ideias, da conclusão, da tomada de posições. Livros que abordam problemas sociais e psicológicos interessam ao jovem desse nível e possibilitam a reflexão e a opção por comportamentos que descobre como mais justos e mais autênticos.

Na idade adulta também temos fases de leitura que se sucedem segundo o nível de maturidade e a experiência de vida, obedecendo a fatores como profissão, religião, ambiente cultural e outros. Quando adultos jovens, há interesse por tudo o que diga respeito à profissão e aos relacionamentos afetivos. A partir dos 40 anos, questões relativas à família e à educação dos filhos, além daquelas voltadas ao trabalho começam a preocupar. Na velhice, problemas relativos à saúde, à solidão, às questões existenciais e religiosas são importantes para nós. Em todos os momentos, buscamos nossos livros preferidos entre aqueles que desenvolvem os temas que centralizam nossa vida.

Como a idade e a escolaridade, o sexo também é fator determinante dos interesses de leitura. Fatores biológicos e, principalmente, culturais determinam diferenças de comportamento entre os sexos. Uma dessas diferenças diz respeito à atitude diante da leitura. Os homens escolhem os temas mais arrojados (aventuras, viagens, ficção científica), enquanto as mulheres se voltam para as histórias de amor, romances, vida familiar, crianças. Tais tendências estão intimamente relacionadas aos fatores culturais. Na verdade, a sociedade cria estereótipos de comportamento para o homem e para a mulher, e esses dirigem suas atitudes e interesses. Portanto, suas preferências literárias correspondem aos padrões sociais: o sexo masculino envolve-se em atividades de luta pelo sucesso e pela sobrevivência, enquanto ao sexo feminino são atribuídas atitudes mais passivas, voltadas para o trabalho doméstico, a educação dos filhos e tarefas afins. As preferências de leitura correspondem à necessidade de cada sexo cumprir o papel social que lhe é confiado.

Os interesses variam, ainda, de acordo com o nível socioeconômico do público leitor, observando-se o sucesso dos textos em que predominam os ingredientes mágicos entre os estudantes menos favorecidos e a busca de leitura engajada entre os privilegiados. A leitura vem satisfazer, em cada grupo, um tipo de necessidade social: para os primeiros, supre carências e aponta para um mundo melhor; para os últimos, serve de instrumento de apropriação do real, de forma a favorecer a adaptação social e a promoção.

Contudo, não podemos nos ater à satisfação das preferências de leitura. Precisamos, sobretudo, provocar novos interesses, de modo a multiplicar as práticas leitoras e diversificar os materiais à disposição do público. O ato de ler significa diálogo com o texto, descoberta de sentidos não-ditos e alargamentos dos horizontes do leitor para realidades ainda não visitadas. Por isso, quanto mais contato com a literatura e com o universo dos livros tanto maior a chance de formarmos leitores competentes, capazes de:

- \* saber buscar textos de acordo com seu horizonte de expectativas, selecionando obras segundo seus interesses e suas necessidades;
- \* conhecer os locais em que os livros e os demais materiais de leitura se encontram, tais como bibliotecas, centros de documentação, salas de leitura, livrarias, distribuidoras, editoras;

- ✱ frequentar os espaços mediadores de leitura: lançamentos, exposições, palestras, debates, depoimentos de autores, sessões especializadas, revistas, além dos citados anteriormente;
- ✱ identificar os livros e outros materiais (como jornais, revistas, arquivos) nas estantes, movimentando-se com independência na busca de volumes que lhe interessam;
- ✱ localizar dados na obra (editora, local e data de publicação, sumário, índices, capítulos, bibliografias, informações de conteúdo específico);
- ✱ seguir as orientações de leituras oferecidas pelo autor, através dos elementos potenciais e dos pontos de indeterminação localizáveis no texto;
- ✱ reconhecer a estrutura que o texto apresenta, preenchendo as posições tematicamente vazias, segundo sua maturidade de leitura e de mundo;
- ✱ ser capaz de dialogar com os novos textos, posicionando-se crítica e criativamente diante deles, por meio de um processo hermeneúutico que envolve compreensão, interpretação e aplicação;
- ✱ trocar impressões e informações com outros leitores, posicionado-se com respeito aos textos lidos, fornecendo indicações de leitura e acatando os novos dados recebidos;
- ✱ integrar-se a grupos de leitores, participando ativamente de práticas de leitura oral e expressão dos conteúdos lidos em diferentes linguagens;
- ✱ conhecer e posicionar-se diante da crítica (especializada ou espontânea) dos livros e outros materiais escolhidos para leitura;
- ✱ ser receptivo a novos textos, que não confirmem seu horizonte de expectativas, sendo capaz de alargar seu gosto pela leitura e seu leque de preferências, a partir do conhecimento do movimento literário ao seu redor e da tradição;
- ✱ ampliar seu horizonte de expectativas, através de leituras desafiadoras para sua condição atual;
- ✱ dar-se conta, por meio da conscientização, do que acontece no processo de leitura, de seu crescimento enquanto leitor e ser humano.

## BIBLIOGRAFIA .....



AGUIAR, V. T. O leitor competente à luz da teoria da literatura. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 124, n. 5/6, p. 23-34, jan./mar. 1996.

AGUIAR, V. T. (coord.). **Era uma vez na escola...** formando educadores para formar leitores. Belo Horizonte: Formato, 2001.

BARKER, R.; ESCARPIT, R. **A fome de ler**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

BORDINI, M. G.; AGUIAR, V. T. **Literatura: a formação do leitor – alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

CAVALLO, G.; CHARTIER, R. **História da leitura no mundo ocidental 1**. São Paulo: Ática, 1998.

CAVALLO, G.; CHARTIER, R. **História da leitura no mundo ocidental 2**. São Paulo: Ática, 1999.

CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LAJOLO, M. **Literatura: leitores & leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

MORAIS, J. **A arte de ler**. São Paulo: UNESP, 1996.

MOSQUERA, J. J. M. **Vida adulta: personalidade e desenvolvimento**. Porto Alegre: Sulina, 1983.

OLSON, D. **O mundo do papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita**. São Paulo: Ática, 1997.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973.

ROLLA, Â. R. **Professor: perfil de leitor**. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras e Artes, Porto Alegre, 1995.

SODRÉ, N. W. **Memórias de um escritor: formação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 13-14.

WERKMEISTER, D. N. **A formação do leitor de literatura: histórias de leitores**. 1993. Tese (Doutorado) – PUCRS, Porto Alegre, 1993.

ZILBERMAN, R. **A leitura do ensino da literatura**. São Paulo: Contexto, 1988.